

PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PRÁTICA NO ASSENTAMENTO 23 DE MAIO

Francine de Camargo Procopio¹
Rafaela Raggio Silva Gomes²
Bruna Carolina De Meira³
Oscarina Teodora Prado S. Silva⁴
Ricardo Serra Borsatto⁵

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um diagnóstico contextualizado do Assentamento 23 de Maio, situado no município de Itapetininga/SP. Esse trabalho é reflexo do 1º tempo-comunidade do Curso de Especialização lato sensu “Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária, qual foi financiado pelo PRONERA/INCRA/MDA/CNPq” e realizado pela Feagri/Unicamp. Para tanto, realizou-se: aplicação de questionário semiestruturado, para 12 famílias; entrevistas semiestruturadas com as lideranças do Assentamento e com os responsáveis pelo serviço de Saúde e Educação no entorno e, também, observação participante nas vivências coletivas realizada pelas famílias. Visto a necessidade de dados mais amplos, também foram utilizados dados secundários. Com isso, os resultados obtidos possibilitou entender um pouco mais do Assentamento, referente: à luta para chegar a ser assentamento; aos seus conflitos; dificuldades; progressos e vitórias. Como, também, entender o sistema agroecológico de produção realizado pelas famílias. A partir dos resultados foi possível traçar, junto aos assentados, novas atividades para o 2º tempo-comunidade, sendo elas voltadas para a produção, comercialização e educação no campo.

Palavras-chave: Assentamento rural; Agroecologia; Educação no Campo.

¹ Mestranda em Engenharia Agrícola, na Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: francine.procopio@feagri.unicamp.br.

² Pós graduanda em Residência Agrária, pela Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: Rafaela_raggio@hotmail.com.

³ Pós graduanda em Residência Agrária, pela Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: brunac75@hotmail.com.

⁴ Pós graduanda em Residência Agrária, pela Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: oscarine@gmail.com.

⁵ Professor Doutor na Faculdade de Tecnologia de Itapetininga – Fatec/IP, e-mail: rsborsat@ig.com.br.

Introdução

Atualmente, a agricultura familiar é vista como importante meio de segurança alimentar, pois é responsável por 60% dos alimentos que compuseram a cesta básica dos brasileiros em 2009, segundo dado da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O órgão também ressalta que a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural favorecendo o emprego de práticas agrícolas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, e o menor uso de insumos industriais (BRASIL, 2014).

Sendo que agricultura familiar, desde meados da década de 90, consegue abranger um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo: as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, entre outros públicos.

Adquirindo maior credibilidade com a Lei nº 11.326 de 2006 que como agricultor familiar e empreendedor familiar “indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo” (BRASIL, 2014b).

Assim, diversos programas e políticas públicas são destinados a esse grupo, quais tem por finalidade um desenvolvimento rural baseado na Agroecologia (BRASIL, 2014 apud ALTIERI, 2002) que seriam:

- 1) Segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais;
- 2) Resgatar e reavaliar o conhecimento das tecnologias camponesas;
- 3) Promover o uso eficiente dos recursos locais;
- 4) Aumentar a diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos;
- 5) Reduzir o uso de insumos externos;
- 6) Busca de novas relações de mercado e organização social.

Um desses programas destinados a esse grupo é o curso de Especialização lato sensu “Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária, qual é financiado pelo PRONERA/INCRA/MDA/CNPq”, que está organizado

segundo os preceitos da pedagogia da alternância. Sendo dividido em tempos-escola que são destinados a trabalhos acadêmicos e tempos-comunidade destinados aos trabalhos de campo.

Dentro desse escopo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um diagnóstico contextualizado do Assentamento 23 de maio, situado no município de Itapetininga/SP, como suas especificidades.

Revisão Bibliográfica

Formação e desenvolvimento da agricultura brasileira

Sendo existente desde os tempos da colonização, analiticamente, os dez mil anos de história de agricultura podem ser interpretados como a busca de novas práticas para intensificação do uso dos solos em resposta às crescentes demandas alimentares decorrentes dos aumentos demográficos (BOSERUP, 1987).

Um dos marcos no setor agrícola nacional, foi a modernização da agricultura nas décadas de 1960-1970, com a chamada Revolução Verde, a qual visava aumentar a produção agrícola por meio do uso de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais e da mecanização. Segundo Almeida (1997, p. 39), o conteúdo ideológico da modernização da agricultura, incorpora quatro elementos ou noções:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

O modelo de modernização, embora estivesse associado à evolução, crescimento, competitividade, promoveu-se para perpetuar o atraso (GRAZIANO DA SILVA, 1983). Para Wanderley (2009b), essa permanência do atraso se deve ao fato de que o projeto modernizante da agricultura brasileira foi concebido sob o comando de terra, ou seja, mediante um pacto de amparo à grande propriedade.

Dentro deste contexto, o atual setor do agronegócio se insere na estrutura econômica brasileira cumprindo um papel central no modelo de desenvolvimento dominante, tornando os

agricultores cada vez mais dependente dos setores a montante e a jusante, os quais utilizam de forma intensiva os meios tecnológicos com realizando investimento em monocultivos.

Para Schmitt (2002), o modelo não era sustentável, pois necessitava de especialização excessiva, era fortemente dependente dos insumos externos, havia uma fraca integração entre os diferentes sistemas de cultivo e criação, acarretava na perda das variedades localmente adaptadas, bem como gerava a erosão do conhecimento sobre o manejo da biodiversidade local, degradação da qualidade do solo e da água e desvalorização das atividades e dos produtos destinados à subsistência das famílias agricultoras.

De acordo com ALMEIDA e BRANDENBURG (1989; 1997), no final da década de 70 o processo de modernização da agricultura passou a ser fortemente contestado por agricultores dele excluídos e por suas organizações de representação, seja por técnicos ou estudiosos da questão agrária

Acompanhando esses processos mais amplos e visando gerar respostas às necessidades dos pequenos agricultores, surgiram iniciativas de diversificação da produção, tecnologias alternativas, experiências de agriculturas de base ecológica, uso de sementes e insumos próprios, etc. Surgiram como uma forma de reação as consequências negativas de modernização da agricultura e como forma de encontrar novos caminhos para os pequenos agricultores.

Por meio de uma síntese entre o resgate de práticas antigas, novas preocupações com o meio ambiente e conhecimentos técnico-científicos, formou-se na década de 80 uma nova base de agricultura, sendo essa denominada agricultura alternativa, mais recentemente associada à Agroecológica.

Como ciência, a Agroecologia se afirmou como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas alternativos sustentáveis.

Agroecologia

No atual contexto é possível encontrar diversas crises nas sociedades em geral. O mundo atualmente vive um colapso no que se refere à segurança alimentar, meio ambiente, valorização sociocultural e economia – apenas para apontar algumas das principais divergências na coevolução homem-natureza.

Na agricultura em especial, existe um modelo de desenvolvimento que predomina, onde os índices de produção e produtividade devem ser cada vez maiores, para suprir as necessidades da população também crescente. No entanto, unidos com a destruição do meio ambiente, com a dependência do petróleo, com os monocultivos, com os impasses para o acesso a terra e a semente, entre tantas outras dificuldades encontradas nas atividades rurais. Segundo Sevilla Guzmán (2005) as sociedades pós-industriais definem o desaparecimento da “agricultura como uma forma de vida” e generalizam a agricultura como “negócio”.

Além do mais o modelo capitalista da agricultura ocasiona um acréscimo relevante nos custos de produção, repercutindo em preços pouco acessíveis para a maioria dos agricultores e consumidores. Complementa-se, ainda as muitas vezes em que se perde terras para a produção de alimentos básicos, para a produção de biocombustíveis, e o veloz crescimento que os cultivos transgênicos têm alcançado.

Diante disso se faz necessário que novos modelos de desenvolvimento sejam refletidos, discutidos e colocados em prática.

Nesse sentido, a Agroecologia é uma ciência emergente, ainda em construção e trazuma abordagem transdisciplinar, que visa aprimorar adequadamente sua evolução, com potencial de orientar processos de transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para modos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Ainda segundo Carmo (2008) a meta é que os agricultores possam vir a ser os agentes e os construtores de seu próprio desenvolvimento. E a agroecologia vem ao encontro dessa finalidade ao fornecer as ferramentas metodológicas para que a real participação da comunidade se transforme na seiva geradora para o atendimento dos anseios colocados nos projetos de desenvolvimento. Em resumo os objetivos que a agroecologia procura atingir na sua totalidade são: a) ruptura com as formas de dependência, sejam elas de natureza ecológica, socioeconômica ou política, que põem em perigo os modos de reprodução; b) a busca para que os ciclos energéticos e materiais, dentro das unidades produtivas, sejam os mais fechados possíveis; c) o aproveitamento das propriedades emergentes positivas dos sistemas ecológicos, econômicos, sociais e políticos, em seus diferentes níveis; d) maior resiliência às variações dos fluxos materiais ou energéticos; e) o estabelecimento de sistemas bióticos para a reciclagem de materiais deteriorados, propiciando a manutenção das capacidades produtivas dos agroecossistemas; f) valorização, resgate e/ou criação de conhecimentos locais que fomentem o nível de vida da população a partir de sua própria identidade local; g) a

valorização da biodiversidade, tanto biológica como local; h) a conformação de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, permitindo uma melhoria da qualidade de vida da população local.

Metodologia

Durante a realização das visitas ao assentamento os pesquisadores utilizaram cadernos de campo, nos quais eram anotados a percepção dos agricultores sobre a realidade local.

Porém, como alertou (WIELEWICKI, 2001, p. 28), “descrever ou explicar conceitos, crenças e significados do ponto de vista de um grupo social, em conexão com seus arredores, não é tarefa simples, se é que se pode afirmar que seja possível.”

Ciente de antemão das limitações, bem como das vantagens da utilização dessa metodologia, essas observações não aconteceram de forma completamente descompromissada metodologicamente.

A observação participante empreendida sempre foi guiada por uma teoria, já que os pesquisadores sempre voltaram as suas atenções a uma temática específica (a percepção dos agricultores sobre a realidade local), que foi observada através de algumas concepções pré-existentes.

Na medida das possibilidades, as observações eram realizadas em grupos, durante conversas entre os pesquisadores e os protagonistas locais, sem um roteiro pré-definido que determinasse de forma contundente a fala das pessoas contatadas.

Através dessas observações puderam-se constituir análises, coletas de dados, identificação e definição de problemas encontrados no local, abordando temas históricos, sociais, econômicos, institucionais e ambientais.

As percepções de cada integrante do grupo eram anotadas individualmente em seus cadernos de campo. Posteriormente, essas anotações eram discutidas e se elaboravam relatórios.

A observação participante foi parte preponderante para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, pois por meio de uma abordagem que possibilitou a interação teoria-prática, forneceu subsídios para a construção de uma problematização interdisciplinar da realidade, levando à compreensão crítica das situações observadas.

Resultados

Visando melhor compreensão dos resultados, os mesmos foram subdivididos em temas, como: Município de Itapetininga/SP e Localização e características do Assentamento 23 de Maio.

Município de Itapetininga/SP

O município de Itapetininga, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, dista aproximadamente 170 quilômetros da capital e conta com uma população de 144.377 habitantes (IBGE, 2010), desses 131.050 residem no meio urbano e 13.327 no rural.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atinge uma faixa de 0,763, apontando para o bom desenvolvimento do município, quando se considera os indicadores de saúde, renda e educação.

A cidade é considerada um polo regional, tendo a atividade agropecuária como um dos principais pilares econômicos, exercendo uma função estratégica e essencial para a geração de renda, ocupando boa parte da mão de obra local.

A produção agropecuária do município é distribuída da seguinte maneira:

1) Lavoura Permanente, que se destaca pela produção de laranja, seguido de tangerina, conforme Tabela 1.

		Lavoura Permanente	Área Colhida		
Tabela 1-	Produção Permanentes.	Laranja	13.636 hectares	Vegetal:	Cultivos
		Tangerina	47 hectares		
		Caqui	25 hectares		
		Uva	19 hectares		
		Maracujá	10 hectares		
		Limão	7 hectares		

Fonte: IBGE, 2012.

2) Lavoura Temporária (Tabela 2) tem destaque para a produção de milho (em grão), seguida da cana de açúcar, qual pode se considerar irrisório a diferença no montante. Essas culturas tem grande potencial na região pelo fato de haver diversos silos no entorno e usinas.

Tabela 2- Produção Vegetal: Cultivos Temporários.

Lavoura Temporária	Área plantada
Milho (em grão)	14.500 hectares
Cana de açúcar	14.270 hectares
Batata Inglesa	4.000 hectares
Soja (em grão)	3.500 hectares
Feijão (em grão)	1.950 hectares
Trigo (em grão)	1.200 hectares
Melancia	90 hectares
Mandioca	70 hectares
Tomate	20 hectares

Fonte: IBGE, 2012.

3) Produção Animal (Tabela 3) tem destaque a produção de galo, frangas, frangos e pintos, visto que no município existe empresas do setor que destinam sua produção para exportação.

Tabela 3- Produção Animal

Produção Animal	Cabeças
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	5.030.650
Galinhas	2.080.300
Bovinos	72.380
Vacas Ordenhadas	20.300
Ovinos	4.830
Suínos	3.150
Bubalinos	2.980
Equinos	2.340
Caprinos	395

Fonte: IBGE, 2012.

De acordo com dados do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuárias (LUPA) do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008), Itapetininga possuía no ano de 2008, 2.823 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), sendo 2.322 com no máximo 50 hectares,

o que perfazia 82,2 % das propriedades rurais, com provável predominância do trabalho familiar.

No tocante ao acesso do crédito rural, destaca-se que 147 UPAs fazem o uso do mesmo, equivalendo a 5,47%. (LUPA, 2008). Já em relação a máquinas, implementos e benfeitorias, nota-se na **Tabela 4** que grande número de UPAs aderem ao uso de alguma tecnologia.

Tabela 4- Máquinas, Implementos e Benfeitorias, Município de Itapetininga.

Item	Nº de UPAs	Item	Nº de UPAs
Arado comum (Bacia, Aiveca)	334	Pulverizador Tratorizado	180
Arado Escarificador	166	Resfriador de Leite, Tanque Expansão	41
Arado Subsolador	89	Semeadeira/Adubadeira para Plantio Convencional	47
Batedeira de Cereais	127	Semeadeira/Plantadeira para Plantio Direto	183
Câmara Fria	23	Terraceador	30
Carregadeira de Cana	4	Trator de Esteira	47
Colhedeira Acoplada	87	Trator de Pneus	789
Colhedeira Automotriz	20	Almoxarifado/Oficina	74
Computador	9	Balança para Bovinos	20
Conjunto de Irrigação Autopropelido	20	Balança para Veículos	116
Conjunto de Irrigação Convencional	116	Barracão para Bicho da Seda/Sirgaria	27
Conjunto de Irrigação Pivot Central	27	Barracão para Granja/Avicultura	28
Conjunto de Irrigação Gotejamento/Microaspersão	28	Barracão/Galpão/Garagem	19
Conjunto de Fenação	19	Casa de Moradia (total)	7
Desintegrador de Palha (Plantio Direto)	7	Curral/Mangueira	1.158
Desintegrador, Triturador, Picador	664	Depósito/Tulha	1.925
Distribuidor de Calcário	67	Engenho	1.160
Ensiladeira	70	Estábulo	116
			8
			94

Grade Aradora (tipo romi)	131	Estufa/Plasticultura (em m ²)	75
Grade Niveladora	176	Fábrica de Ração	8
Implementos para Tração Animal	27	Instalação para Equinos	58
Máquina de Classificar fruta	1	Máquina de Benefício	4
Microtrator	18	Olaria	8
Misturador de Ração	28	Packinghouse	15
Ordeneira Mecânica	54	Pocilga	254
		Poço semi artesiano	41
		Posto meteorológico	2
		Secador de Grãos	16
		Usina de açúcar/Destilaria	3

Fonte: IBGE, 2012.

Localização e características do Assentamento 23 de Maio

O assentamento 23 de Maio, assim como todos os demais, foi instituído recentemente, tendo a sua emissão de posse em 08 de novembro de 2008. Trata-se de uma área rural situada distrito de Tupy, pertencente ao município de Itapetininga, sudoeste do Estado de São Paulo.

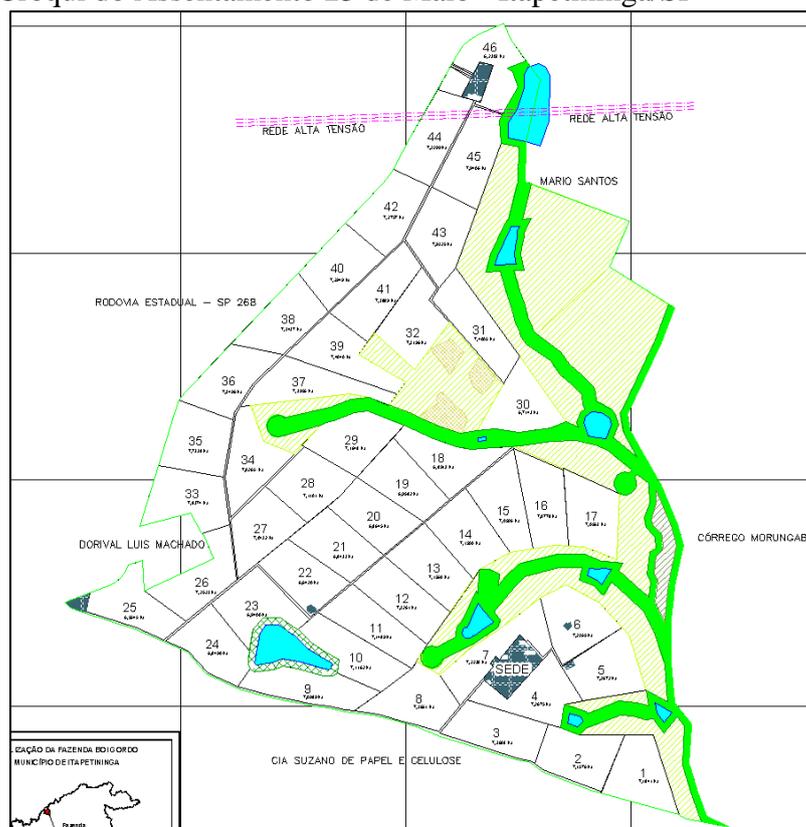
Diferentemente do padrão verificado em projetos de assentamentos paulistas (BUENO et al., 2007), o 23 de Maio está localizado, na opinião dos próprios assentados, sobre um solo de elevada qualidade, ademais se situa a beira da rodovia Raposo Tavares (SP-270), um dos mais importantes corredores rodoviários do país, no Km 186. Dista 25 quilômetros do centro urbano de Itapetininga e respectivamente 80 e 180 quilômetros das cidades de Sorocaba e São Paulo. Sua área faz divisa com a zona urbana do distrito de Tupy, que possui escola, posto de saúde e atividades de comércio.

Antes da constituição do assentamento, o local era uma fazenda de gado denominada “Fazenda Eldorado”, cuja proprietária era a pessoa jurídica Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A, empresa de especulação financeira baseada na venda de derivativos de gado, que entrou em colapso financeiro, deixando grandes dívidas junto aos seus investidores e ao governo.

Por pressão do MST, o INCRA adquire essa propriedade para destiná-la ao programa de Reforma Agrária.

Trata-se de uma área com aproximada de 515 hectares, que foi dividida em 46 lotes cedidos para o uso de 46 famílias que antes estavam acampadas em beiras de rodovias da região. Grande parte dessas famílias é oriunda dos municípios de Itapeva-SP e Itaberá-SP (municípios também localizados no sudoeste do Estado de São Paulo), possuindo relações de parentesco ou amizade com assentados destes municípios (CAMARGO, 2011). Na Figura 1 é possível visualizar o croqui do Assentamento e a distribuição dos lotes.

Figura 1 - Croqui do Assentamento 23 de Maio - Itapetininga/SP



Fonte: INCRA (2008)

O processo de distribuição dos lotes respeitou o desejo dos assentados e levou em consideração a presença de três diferentes grupos de afinidades pré-organizados. A cada família foi destinado um lote com área de aproximadamente sete hectares.

Após a distribuição dos lotes, disponibilizou-se aos agricultores recurso do fundo perdido denominado Produção Fomento no valor de R\$ 2.000,00 para que os mesmos efetuassem a compra de sementes e demais insumos para produção. Além deste auxílio, os assentados contaram com um apoio governamental no valor de R\$ 15.000,00 para construção das casas.

Nos primórdios do assentamento, o sistema dominante reproduzia a lógica dos assentamentos de Itapeva e Itaberá, se caracterizando pelo cultivo de grãos (milho e feijão, especificamente), baseados na utilização de agrotóxicos.

Atualmente, com a criação da Associação no Assentamento e participação dos agricultores nos Programas Governamentais de Comercialização (Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos), muitos passaram a investir na diversificação da produção, tanto no setor de hortaliças, como no setor de frutas e legumes. A mudança do sistema antes predominante para o atual não se deve somente a demanda dos mercados institucionais, mas também a questões ligadas a praticidade do manejo, o qual não utiliza intensivamente o uso de máquinas e implementos como no cultivo de grãos. Outro fator determinante relaciona-se a questões voltadas à segurança e soberania alimentar dos próprios assentados.

Vale ressaltar que o local possui características edafoclimáticas favoráveis para a produção agropecuária, além disso, conta com uma alta disponibilidade hídrica, com presença de nascentes e açudes, ainda sem a presença de matas ciliares, sendo que as áreas destinadas para preservação permanente totalizam aproximadamente 58 hectares e as de reserva legal 20 hectares, ambas para futuro reflorestamento (**Tabela 5**).

Tabela 5 – Distribuição das Áreas do Assentamento 23 de Maio, segundo sua utilidade.

Uso do Solo	Área (ha)	%
Área dos Lotes	331, 7816	64,36
Reserva Legal	104, 6505	20,30
A.P.P.	58, 8474	11,41
Estradas	7, 6697	1,49
Área Social	5, 4840	1,06
Matas	4, 1562	0,81
Brejo	2, 9221	0,57
Área Total	515, 5115	100,00

Fonte: INCRA.

Agroecologia

Durante a fase de acampamento, as famílias hoje pertencentes ao Assentamento 23 de Maio participaram de algumas capacitações que tinham a Agroecologia como tema principal.

Posteriormente, ao receberem a concessão de uso da terra, as famílias tinham como foco principal o investimento na produção agroecológica, as quais utilizariam os recursos autóctones e causariam baixo impacto ambiental.

A fim de auxiliar os agricultores neste processo produtivo, instituições de ensino, tais como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba e o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Tecnológica para Agricultura Familiar (GEPETEC) da Faculdade de Tecnologia de Itapetininga (FATEC-IP) realizaram juntamente com os agricultores alguns projetos direcionados a esta temática. De forma conjunta, implantaram-se projetos de recuperação de áreas degradadas na comunidade, tais como Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), oficinas Sistema Agroflorestal (SAF), capacitação sobre a produção agroecológica, dentre outros assuntos.

A princípio, os agricultores se mostraram determinados em aderir à produção agroecológica, porém, a falta de recursos e de assistência técnica desmotivou a muitos, levando-os a regressar ao cultivo de maneira convencional.

Mesmo com os entraves encontrados, algumas famílias agricultoras continuaram optando por um sistema de produção baseados em princípios agroecológicos, e apresentaram a demanda por capacitações. Deste modo, o GEPETEC articulou parcerias com algumas instituições e ofereceu novos cursos teórico-práticos de curta e longa duração a 18 famílias interessadas.

No entanto, os subsídios oferecidos não foram suficientes para que as famílias conseguissem manter a produção de forma agroecológica. Além das dificuldades citadas anteriormente, os agricultores agora apontam os elevados custos para manter esse sistema de produção.

Atualmente, uma única família se encontra produzindo de forma agroecológica e apresenta grandes dificuldades para manter o sistema de produção, as demais famílias se encontram produzindo de forma convencional.

Pobreza rural: contextualização histórica e suas diferentes dimensões

Durante o decorrer dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2014, realizaram-se 5 visitas no Assentamento 23 de Maio. Juntamente com estas visitas, foram realizadas algumas entrevistas semiestruturadas junto a 12 famílias agricultoras, a fim de conhecer a percepção das mesmas sobre questões socioeconômicas locais, obter informações sobre seus modos de vida e seus interesses.

Com as informações obtidas nas entrevistas, elaborou-se uma tabela para melhor compreensão dos resultados referentes às questões socioeconômicas da comunidade(Tabela 6).

Avaliações	Educação	Saúde	Saneamento	Água	Energia Elétrica	Habitação	Políticas públicas
Bom	75%	58%	50%	75%	100%	75%	100%
Regular	16,7%	25%	33,4%	16,6%	0%	25%	0%
Ruim	0%	8,3%	16,6%	8,4%	0%	0%	0%
Sem resposta	8,3%	8,4%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 6 – Avaliação socioeconômica - Assentamento 23 de Maio

Para analisar com maior clareza as percepções dos assentados, realizou-se a descrição sobre cada item citado na tabela.

- Educação de Jovens e adultos

Sobre a Educação de crianças, jovens e adultos, foi relatado a existência de uma creche em construção e duas escolas no bairro do Tupy, bairro no qual esta inserido o assentamento.

De acordo com informações obtidas junto a direção da escola estão matriculadas na escola 28 alunos no período da manhã e 27 no período da tarde e no Ciclo I do Ensino Fundamental, 127 estudam no período matutino e 125 no vespertino.

A segunda é a E.E “Prof. Juvenal Paiva Pereira” que recebe alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental em dois períodos, de acordo com a diretora da escola, 30 deles atendidos pela manhã e 167 a tarde. A Escola também conta com o Ensino Médio, disponível somente no período da manhã, no qual estão matriculados 132 alunos.

Sobre as práticas pedagógicas, as Escolas seguem o conteúdo programático das escolas regulares, sendo assim, não trabalham dentro das dimensões da Educação do Campo.

As escolas oferecem material escolar, refeição no período em que as crianças estão na escola e transporte.

No que se refere ao envolvimento dos pais com as atividades escolares, os mesmos relatam não ter grande participação, e quando questionados sobre a qualidade do ensino oferecido nas escolas, 75% o consideraram de boa qualidade, atendendo as expectativas da comunidade.

Sobre o ensino oferecido em ambas, os entrevistados o consideraram de boa qualidade.

- **Presença de serviço de Saúde**

O serviço de saúde mais próximo do assentamento é o Programa Saúde da Família (PSF) “Conceição Thibes do Canto”, o qual está localizado no bairro do Tupy.

O PSF é operacionalizado mediante equipes compostas por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde (ACS), baseados em uma unidade básica de saúde (UBS).

Dentre os serviços oferecidos estão: Trabalho de prevenção, médico saúde da família, vacinação, atendimento da enfermagem, coleta de sangue, atendimento odontológico, trabalho educativo, hipertensão (hipertensão e diabetes) , entrega de leite.

Quando questionados sobre a qualidade desses serviços de saúde mais de 50% dos entrevistados o consideraram bom.

O resultado positivo advém da proximidade do PSF em relação à localização do assentamento, deste modo os assentados não necessitam fazer grandes deslocamentos para receber atendimento básico de saúde.

- **Saneamento**

A respeito do saneamento do assentamento constatou-se que não existe rede de esgoto no local, deste modo o esgoto produzidos nos domicílios é destinado a fossa séptica.

Em relação ao lixo produzido, o mesmo é queimado ou enterrado, uma vez que não ocorre à coleta, o que ocasiona um significativo impacto ambiental.

Porém, analisando-se a avaliação é possível perceber que boa parte dos assentados não tem uma percepção negativa sobre essas ações, o que demonstra a baixa consciência ambiental.

- **Fonte e qualidade da água**

A água consumida no assentamento é oriunda de poços nas nascentes, não recebendo tratamento algum.

Atualmente foram instalados poços artesianos, no entanto, ainda não foi feito os encanamentos para levar água aos lotes mais afastados, quais sofrem com o problema de falta de água, seja para consumo quanto para produção.

Os que possuem acesso a água para consumo, também a utilizam na produção, sendo que os que estão próximos dos açudes fazem uso deles.

A maioria dos entrevistados que possuem acesso a água, alegaram que a qualidade é boa, não apresentando qualquer característica de contaminantes.

- **Energia Elétrica**

Todos os lotes e residências possuem acesso à rede de energia elétrica, os entrevistados consideraram a energia elétrica fornecida no assentamento suficiente para suprir suas necessidades.

- **Habitação**

Para construção das moradias os assentados contaram com um Auxílio Moradia no valor de R\$ 15.000,00. Alguns relataram sobre a burocracia da liberação de créditos para a construção das moradias, porém, mesmo com os entraves existentes, todos se referiram ao crédito de maneira positiva.

Os assentados relataram que quando estavam acampados as condições de moradia eram muito ruins. Deste modo quando comparam as condições em que viviam antes com as que vivem atualmente, a maior parte deles diz estar satisfeito com suas atuais residências.

A maior parte das residências são construídas de alvenaria, possuem dois quartos com um banheiro dentro da casa.

- **Importância das Políticas Públicas**

Referente ao acesso as políticas públicas 100% dos entrevistados explicitaram plena satisfação.

Após terem acesso às políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os assentados perceberam diversas mudanças positivas. Entre elas encontram-se a garantia de venda e a justa remuneração pelos produtos ofertados.

Além do mais, com a participação nas políticas públicas, é possível garantir a segurança econômica e assim reduzir a dependência em relação aos intermediários.

A partir do acesso aos programas governamentais notou-se uma maior organização coletiva no Assentamento e também a diversificação dos alimentos advindos dessa participação.

Atualmente, de acordo com dados fornecidos pela CONAB, no ano de 2013, a Associação dos Amigos Produtores Rurais de Itapetininga - AAPRI (associação pertencente

ao 23 de Maio) firmou um convênio no valor de R\$ 230.000,00 com o PAA, no qual 37 famílias de agricultoras participaram e forneceram mais de 30 variedades de alimentos para o Programa, resultando em aproximadamente 180.000 kg de produtos. No entanto, nota-se que essa participação impacta positivamente na composição de renda da população e na soberania e segurança alimentar das famílias agricultoras.

Considerações Finais

Após o primeiro tempo comunidade o vínculo com os assentados foi retomado e a realização do diagnóstico da comunidade foi concluída com êxito, tornando possível destacar alguns pontos de maior relevância.

O Assentamento 23 de Maio tem sua localização privilegiada e isso é uma grande vantagem aos agricultores, pois facilita o deslocamento dos assentados para os demais centros e também as atividades ligadas ao escoamento da produção. A proximidade do Assentamento ao Bairro também é um fator positivo, visto que serviços de saúde e educação se tornam facilmente acessíveis pelas famílias.

Ao analisar o histórico do local e as atividades econômicas ali antes existentes, nota-se que ao longo de 4 anos, a área degradada foi praticamente recuperada e favoreceu o desenvolvimento da biodiversidade.

Ao que se refere a sistemas de produção, notou-se que a produção agroecológica na comunidade teve seus avanços num determinado período, porém também um retrocesso devido a alguns entraves encontrados. O maior problema que o assentamento encontra é a falta de assistência técnica, a qual acaba desmotivando muitos agricultores. O atendimento esporádico dos técnicos refletiu negativamente no planejamento agrícola (produção e gestão), favorecendo, no entanto, o sistema convencional de produção.

O assentamento conta com uma Associação de produtores, a qual integra todas as famílias e é responsável pelas questões burocráticas e de gestão. Por meio desta associação, os assentados acessam linhas de crédito e programas governamentais de comercialização. As políticas públicas atuam com um importante papel na comunidade, não servindo apenas como instrumento de obtenção de renda, mas também garante a segurança e soberania alimentar da comunidade.

No segundo semestre do curso, espera-se realizar uma integração com a comunidade local por meio de oficinas participativas, a fim de que, de maneira conjunta, estudantes e agricultores possam definir quais serão as próximas atividades a serem desenvolvidas.

Referências

- ALMEIDA, J. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. **Cadernos de Difusão Tecnológica**, n. 6(2/3), maio/dez, 1989.
- ALMEIDA, J. A. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 39.
- BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987 (Tradução de Ariovaldo Queda e João Carlos Duarte da edição inglesa **The ConditionsofAgriculturalGrowth**. London, George Allen &Unwin, 1972.)
- BRANDENBURG, A. **ONGs e a Agricultura familiar: a experiências da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na região Centro-Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado), UNICAMP, Campinas, 1997.
- BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BUENO O.C.; BÔAS, R.L.V.; FERNANDES, D.M.; GODOY, L.J.G. **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: contribuição ao estudo de territórios**. Botucatu: FEPAF/UNESP, 2007.
- CAMARGO, E.A.O.M. **Projeto participativo de recomposição de área de preservação permanente no assentamento 23 de maio**. Itapetininga, 2011. 46f. Trabalho de graduação (Tecnologia em Agronegócio). Faculdade de Tecnologia de Itapetininga.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.
- CARMO, M.S.do. **Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar**, 2008. Disponível em:

<http://www.dge.apta.sp.gov.br/Publicacoes/T&IA2;/T&IAv1n2;/Artigo_Agroecologia_Novos_Caminhos_3.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352230>>. Acesso em 10/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da Produção**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352230>>. Acesso em 10/03/2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

SCHMITT, C.J. **Transição para a agroecologia na região Sul**. In: Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la Soberanía Alimentaria**. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

WANDERLEY, M.N.B.O. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a prioridade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WIELEWICKI, V.H.G. **A pesquisa etnográfica como construção discursiva**. Maringá, 2001. p.28.